

Kellner e o marxismo: a análise do capitalismo desenvolvida

a partir da Escola de Frankfurt (Marcuse)¹

Otávio Daros²

Francisco Rüdiger³

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Apresenta-se Douglas Kellner como um teorizador do capitalismo avançado, que se apoia na tradição crítica – em especial na obra de Herbert Marcuse –, e por esta via começa a ver a relevância da cultura e dos meios de comunicação no contexto contemporâneo. Kellner tem mais de 15 livros publicados no campo da filosofia e da comunicação, nos quais examina as relações entre educação, mídia, política e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: marxismo; teoria crítica; Douglas Kellner; Herbert Marcuse.

TEXTO DO TRABALHO

Constata-se ao analisar alguns dos primeiros escritos publicados pelo filósofo norte-americano Douglas Kellner, durante os anos de 1980, que seu pensamento é edificado sobre a literatura da dialética marxista, apoiado na tradição crítica, desenvolvida por Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, entre outros. Ao transitar por estas duas correntes de ideias, mostrando como as tecnologias da modernidade geram novos modos de cultura e sociedade, pode-se situar Kellner sobretudo como um teorizador do capitalismo avançado.

Em 1968, quando estudou filosofia na Universidade de Columbia, Kellner inclinou-se, à primeira vista, para a fenomenologia e para o existencialismo. Também foi inspirado pela onda de manifestações estudantis da época, e se aproximou da luta pela reforma do setor educacional e de movimentos contrários à Guerra do Vietnã, que ocorriam nos Estados Unidos.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Mestrando do Curso de Comunicação Social do PGGCOM da FAMECOS, email: otavio.daros@gmail.com.

³ Professor da PUCRS e UFRGS e orientador do trabalho, email: frudiger@pucrs.br.

Para ajudar a entender esses eventos, eu li as obras de Herbert Marcuse, na época da publicação de *An Essay on Liberation* (1969). Eu melhor compreendi os escritos de Marcuse e os fundamentos filosóficos do movimento estudantil para o qual eu estava cada vez mais atraído (KELLNER, 2001, p. 1).

No ano seguinte, recebeu uma bolsa de estudos e mudou-se para a Alemanha com o objetivo de desenvolver sua dissertação sobre Martin Heidegger (*Heidegger's Concept of Authenticity*, 1973). Junto à pesquisa, dedicou-se a estudar a Dialética do Iluminismo de Adorno e Horkheimer, acompanhado dos escritos marxistas de Karl Korsch e György Lukács. Naquele período, assinala também a importância da descoberta do texto adorniano *O Jargão da Autenticidade* (1964).

No começo dos anos 70, morou em Paris, onde estudou filosofia francesa. Teve a oportunidade de assistir às aulas de Levi-Strauss, Foucault, Deleuze e Lyotard, além de acompanhar os trabalhos de Baudrillard e Derrida.

Ao voltar para os Estados Unidos, em 1972, concluiu seu trabalho sobre Heidegger. Em seguida, concentrou sua pesquisa na compreensão e na análise dos processos sociais existentes no sistema tecnocapitalista, explorando o marxismo e a teoria crítica. Kellner observou que o capitalismo avançado é gerador de dualidades, que mereciam centralidade em seus estudos. Neles, mostra que o tecnocapitalismo abriga, ao mesmo tempo, formas de progresso e de dominação.

Evidencia-se a inspiração em Marcuse que, conforme o autor, foi responsável por identificar um “importante conceito hegeliano que influenciou Marx, ao aplicar a dialética hegeliana ao estudo da sociedade, argumentando que a sociedade capitalista era um sistema de antagonismos e contradições” (1984, p. 134).

Na leitura de Kellner, o capitalismo avançado, tratado por Marcuse, não é em sua totalidade repressivo: inclusive pode adquirir caráter progressista, na medida em que fornece condições para a produção de “novas tecnologias e modos de informação, que têm um impacto potencialmente benéfico na vida humana” (1989, p. 182). Entre eles, estão: “maior diversidade de escolha, maior possibilidade de autonomia cultural e maiores aberturas para as intervenções de outras culturas e ideias” (2001, p. 26).

No entanto, como o próprio reconhece, não é o que se vê ao analisar a modernidade. As novas tecnologias não foram e não estão sendo usadas para beneficiar unicamente a humanidade, mas, sim, em muitas vezes, a favor da “contínua imposição

da mercantilização e do trabalho assalariado, que exacerba as desigualdades de classe” (1989, p. 182). Assim, como, “propiciam poderosas formas de controle social por meio de técnicas de doutrinação e manipulação mais eficientes, sutis e ocultas” (2001, p. 26).

Na leitura que Kellner faz da tradição crítica, em especial do trabalho de Marcuse, entende-se que a tecnologia opera pelo imperativo da lógica capitalista, que serve, em última instância, ao lucro e, mais recentemente, à dominação das corporações.

Destaca que Marcuse percebeu as “tendências destrutivas nas realizações mais célebres do capitalismo avançado”, esclarecendo que o crescimento da sociedade é “baseado no desperdício e na destruição, e seu progresso é alimentado pela exploração e repressão” (1984, p. 241).

Para além de abstrações, a identificação de Kellner por Marcuse ocorre na esfera política. “Pelo menos algumas versões da teoria crítica são motivadas por um interesse em relacionar a teoria à política, e um interesse na emancipação daqueles que são oprimidos e dominados” (1989, p. 2), distinguindo indiretamente Marcuse de outras colegas. Marcuse teve a capacidade de construir uma trajetória política intelectual, fundindo sua filosofia a uma postura política radical.

Kellner acentua que, após a Segunda Guerra, “Marcuse criticou duramente tanto o marxismo soviético quanto o capitalismo norte-americano, chamando a atenção para novas formas de dominação, repressão e controle social nas sociedades industriais avançadas” (1984, p. 5). E argumenta que foram “tentativas heróicas e muitas vezes desesperadas de reconstruir a teoria marxista, e criticar suas limitações e deficiências” (1984, p. 5) que distinguem Marcuse.

Marcuse defendia geralmente a ala mais radical do movimento estudantil, enquanto Habermas criticava alguns dos seus excessos, mesmo defendendo muitos de seus objetivos e posições. Horkheimer atacou radicalmente os estudantes radicais, e enquanto Adorno às vezes apoiava suas causas, ele também se distanciou da nova esquerda alemã (KELLNER, 1989, p. 205).

Marcuse atuou junto a esses pensadores no Instituto de Pesquisa Social: o primeiro centro de pesquisa com orientação marxista aberto na Alemanha, responsável pela tradição crítica. O “termo teoria crítica foi cunhado pela primeira vez em 1937,

depois que a maioria dos membros do Instituto já havia emigrado para os Estados Unidos” (1990, p. 8), em razão do triunfo de Hitler.

Este coletivo intelectual é chamado, por muitos, de Escola de Frankfurt. Mas Kellner refuta o termo, uma vez que o considera “enganoso, porque grande parte do trabalho mais importante do grupo foi feito no exílio nos Estados Unidos” (1989, p. 2). Argumenta que Marcuse, por exemplo, “nunca trabalhou, de fato, com o Instituto em Frankfurt” (1984, p. 92), uma vez que, antes dos nazistas chegarem ao poder, ele já residia e trabalhava em Genebra. Porém, em seus livros e artigos posteriores a *Critical Theory, Marxism, and Modernity* (1989), Kellner emprega Escola de Frankfurt para designar a corrente crítica, como sinônimo.

Kellner sugere que os estudiosos não devem compreender a teoria crítica como unidade, e sim, por uma série de “características que a definem em termos de método, pressupostos e posições” (1989, p. 7). A tradição crítica, por essência, é uma negação da “divisão acadêmica arbitrária ou convencional” (1989, p. 7). A formação e atuação dos teóricos críticos pode ser interpretada como contraponto à crescente especialização do conhecimento, que cada vez menos busca dialogar com outros campos do saber, caminhando para a simplificação, em vez da complexidade.

Kellner observa que a tendência de especialização dos campos de conhecimento surge a partir da Segunda Guerra. E que até hoje gera, como consequência, divisões acadêmicas. A comunicação torna-se um exemplo, quando é separada dos estudos da cultura.

Para o filósofo norte-americano, “a distinção entre ‘cultura’ e ‘comunicações’ é arbitrária e rígida, devendo ser desconstruída” (2001, p. 52), pois a inexistência de uma implica na existência da outra.

A universidade tem seguido uma tendência mais ampla que alguns teóricos equiparam à dinâmica da própria modernidade, interpretada como um processo de diferenciação cada vez maior e, portanto, de especialização em todos os campos, desde o negócio à educação. Esta tendência para a especialização tem minado o poder e o escopo dos estudos culturais e midiáticos e deve ser substituída por uma posição mais transdisciplinar (KELLNER, 2009, p. 32).

Contrário ao afastamento entre os campos do saber, a tradição crítica possui o mérito atravessar e debilitar “fronteiras entre disciplinas concorrentes e sublinhar as

interconexões entre filosofia, economia e política, cultura e sociedade” (1989, p. 7). O corpo de colaboradores do Instituto é uma prova disso:

Especialistas em filosofia e teoria social como Horkheimer e Marcuse escreveram artigos sobre filosofia e história intelectual; Fromm esboçou uma psicologia socialista materialista; Leo Lowenthal e Walter Benjamin desenvolveram abordagens para uma sociologia da literatura, enquanto Adorno contribuiu para o desenvolvimento de uma sociologia da música popular e levou a cabo críticas ideológicas de certos modos dominantes de pensamento; Pollock, Grossmann e outros contribuíram com artigos sobre economia política, enquanto Franz Neuman, Otto Kirchheimer e outros contribuíram com artigos sobre sociologia política (KELLNER, 1989, p. 26).

Kellner identifica que a teoria crítica seguiu, além de Marx, orientações de Friedrich Nietzsche, Max Weber e Sigmund Freud. Para o autor, o potencial da corrente está na preocupação com o “destino da modernidade” e no fornecimento de teorias sistemáticas e abrangentes da sociedade moderna, “combinadas com diagnósticos críticos das suas limitações, patologias e efeitos destrutivos”, gerando elementos para uma defesa progressista (1989, p. 3).

De acordo com ele, uma das principais contribuições da teoria crítica é justamente a “apropriação da herança dialética hegeliana-marxista, que vê categorias e análises socialmente críticas [...] e necessita de desenvolvimento e revisão à medida que as condições históricas mudam” (1989, p. 6).

A adesão dos intelectuais críticos ao marxismo é compreendido por Kellner como uma reação ao período de violência e desilusão, que marca o início do século XX. A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1918, acrescidas ao declínio da sociedade burguesa, levaram à união de jovens, que passaram a ter - pela primeira vez - contato com o marxismo dentro das universidades.

Os indivíduos que produziram a teoria crítica conceberam, assim, o marxismo como uma teoria dialética, histórica e em aberto, que exigia desenvolvimento, revisão e modificação, justamente porque era, segundo eles, uma teoria da realidade sócio-histórica contemporânea, que estava constantemente em desenvolvimento e em mudança (KELLNER, 1989, p. 11).

Ao passo que interpreta os estágios iniciais da tradição crítica como uma “extensão da crítica marxista da economia política para o desenvolvimento de uma teoria abrangente da sociedade” (1989, p. 53), Kellner reconhece que o marxismo clássico tende “a dar ênfase à primazia da economia e da política, e não dar atenção à cultura e à ideologia” (2001, p. 78).

Ele compreende que os teóricos críticos aceitaram a tese de Marx, que trata a economia como o fator determinante de toda a estrutura social. No entanto, para Kellner, nenhum deles pode ser interpretado como um reducionista econômico, pois ao contrário desses, os críticos buscaram “descrever o conjunto complexo de mediações que ligam a economia, as instituições sociais e políticas, a cultura e a consciência como partes de uma totalidade social interagindo reciprocamente” (1984, p. 119).

Apesar da tendência marxista, Kellner argumenta que “não se pode discutir adequadamente a economia sem considerar o papel da política e da cultura na constituição da economia” (1989, p. 8).

Kellner avalia que um dos passos mais significativos na trajetória da teoria crítica foi abandonar o “projeto de produzir uma teoria social multidisciplinar enraizada na crítica marxista, da economia política, à de uma nova crítica filosófica da ciência, da tecnologia e da razão instrumental” (1989, p. 83).

Verifica-se, durante os anos 30, um determinado desencantamento e, conseqüentemente, afastamento da direção do Instituto em relação ao marxismo. A “ausência de um proletariado revolucionário e de uma alternativa socialista emancipatória ao capitalismo de Estado e ao fascismo” (1989, p. 65) levaram os intelectuais a questionar quais eram as reais contribuições, que uma defesa da política marxista poderia fornecer, naquela altura, para o desenvolvimento da tradição crítica.

A ascensão do nazismo na Alemanha e a integração do mercado de trabalho nos países democráticos foram fatores determinantes para que Adorno e Horkheimer deixassem de enxergar, gradativamente, potencial revolucionário na classe trabalhadora.

[...] Mesmo nos dias de Marx, a teoria da classe continha uma contradição em que se supunha designar o que um grupo tinha em comum, suas características de identidade e interesses comuns. No entanto, mesmo a classe burguesa tinha interesses diferentes e diferentes graus de capital e poder, o que criava diferenças e desigualdades fundamentais mesmo dentro da classe dominante (KELLNER, 1989, p. 106).

A partir dos anos 40, Adorno e Horkheimer se distanciaram de um projeto emancipatório ligado à classe trabalhadora. Chama-se a atenção, negativamente, para o caso de Horkheimer que se afastou do marxismo e se aproximou, do que Kellner descreveu como uma “forma de irracionalismo místico derivado de Schopenhauer e Nietzsche” (1990, p. 14). Por outro lado, Marcuse dá continuidade a ensaios com ascendência na dialética marxista.

Durante os anos 1940, percebe-se dois movimentos realizados pela tradição crítica: 1) ela se torna mais teórica e elaborada, e 2) se distancia da pesquisa empírica, legado deixado por Carl Gruenberg, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social.

O período marca o segundo estágio da teoria crítica. Adorno e Horkheimer observam que a razão científica e a tecnologia são “parte integrante dos processos de produção e dominação social existentes e, portanto, devem ser questionadas” (1989, p. 86).

Na análise de Kellner, a condução de Adorno e Horkheimer é problemática, pois, entre outras falhas, eles “parecem assumir que toda a ciência e a razão estão ligadas à dominação da natureza e, portanto, estão intrinsecamente ligadas à dominação” (1989, p. 100). O autor argumenta:

Tal posição equipara a objetificação à reificação e abrange os fatores sociais pelos quais certas formas de ciência, tecnologia e pensamento servem interesses de dominação e reificação de objetos, natureza e pessoas, enquanto outros modos de pensamento e atividade podem ser governados por outros interesses e não necessariamente reificam seus objetos (KELLNER, 1989, p. 100).

Kellner também compreende que a teoria crítica possui a tendência de pensar que a “cultura midiática simplesmente reproduzia a sociedade existente e manipulava as massas obedientes” (2009, p. 6).

A favor de Adorno e Horkheimer, o autor indica que o segundo estágio da teoria crítica apresenta, de modo inédito, o desenvolvimento de uma crítica cultural e ideológica sobre a sociedade da era tecnocapitalista. Daí o surgimento do termo indústria cultural. Eles enxergaram a cultura da sociedade “como uma cultura administrada, imposta de cima, como instrumento de doutrinação e controle social” (1989, p. 130).

Em uma análise atenta, Kellner revela uma certa ironia dialética presente na escolha do termo indústria cultural. Diferentemente de conceitos como cultura popular ou cultura de massa, eles indicam que não estão tratando de produtos culturais de massa porque esses não eram produzidos pelas massas - e sim pela indústria cultural.

A cultura, tradicionalmente valorizada, é supostamente oposta à indústria e expressa a criatividade individual, ao mesmo tempo que fornece um repositório de valores humanizadores. Nas indústrias culturais, em contraste, a cultura passou a funcionar como um modo de dominação ideológica, e não como humanizadora ou emancipatória (KELLNER, 1989, p. 130-131).

Dá-se grande importância para o período de exílio nos Estados Unidos, uma vez que colaborou para a elaboração conceitual de indústria cultural. Adorno e Horkheimer se confrontaram como uma sociedade que experimentava novas formas de mercantilização dos bens culturais. “Ao contrário da maioria dos habitantes dos Estados Unidos, eles foram capazes de perceber nitidamente até que ponto as indústrias culturais estavam funcionando como instrumentos de controle social e dominação” (1989, p. 82).

Os pesquisadores observaram as consequências do capitalismo avançado na sociedade norte-americana. A criação de uma “nova ordem social” (1989, p. 82) via intensificação do consumo, uso da tecnologia, triunfo dos meios de comunicação, domínio científico, além da integração do Estado e da economia. A teoria crítica encontra no tecnocapitalismo uma “sociedade totalmente administrada, marcada por um declínio da democracia e da individualidade” (1989, p. 82).

Na interpretação de Kellner, “Horkheimer e Adorno sugerem que o pensamento iluminista deixa, naturalmente, de ser um instrumento para o domínio da natureza, para se tornar um instrumento para a dominação dos seres humanos” (1989, p. 98).

Em *Critical Theory, Marxism, and Modernity* (1989), nota-se a tentativa de Kellner em estruturar a história do Instituto a partir de pelo menos sete etapas: 1) sob a direção Carl Grünberg, investe-se em estudos empíricos; 2) sob a direção de Horkheimer, nos anos 30, busca-se uma teoria social com forte influência na obra de Marx; 3) durante o período do exílio, a dispersão dos membros do Instituto; 4) Adorno e Horkheimer desenvolvem a teoria crítica nos anos seguintes; 5) retorno do Instituto à Alemanha nos anos 50 e 60; 6) Marcuse permanece nos Estados Unidos e dá

continuidade ao seu trabalho; 7) Habermas retoma os trabalhos do Instituto nos anos 70 e 80. Kellner lembra:

Em 1964, fortemente apoiado por Adorno, Habermas voltou a Frankfurt para assumir a cadeira de Horkheimer em filosofia e sociologia; assim, Adorno foi finalmente capaz de realizar uma sucessão legítima à pessoa que ele pensava ser o mais merecedor e capacitado teórico crítico (KELLNER, 1984, p. 207).

O autor avalia que, embora frágil em muitos aspectos, a crítica cultural de Adorno é um dos seus principais legados para o campo de estudo da sociedade e da cultura moderna. Além da primeira teoria neomarxista, Adorno produziu uma crítica da sociedade de consumo. Nela, “a cultura e a estética se misturam com a produção e a publicidade para criar um modo de vida focado no consumo de bens, serviços, imagens de massa e espetáculos” (1989, p. 146).

Kellner alerta para a falha que a teoria de Adorno produziu conseqüentemente, uma vez que na visão neomarxista, “todas as mercadorias são instrumentos uniformemente sedutores da manipulação capitalista, que engendram necessidades falsas homogêneas e falsas consciências” (1989, p. 158).

Pressupõe-se, de acordo com Kellner, que: “se os indivíduos se submetem ao (mau) consumo, são fracos, maleáveis e deficientes como seres humanos - precisamente a atitude puritana em relação ao sexo e ao prazer” (1989, p. 159).

Embora não seja explícita, a teoria propõe que o consumo de forma geral, as necessidades e as mercadorias, produzidas por essa indústria, têm como o único objetivo escravizar o indivíduo. Pensar apenas, nesta perspectiva teórica, parece um erro para Kellner.

O autor argumenta que o modelo teórico de Adorno acerca da indústria cultural “não permite a heterogeneidade da cultura popular e efeitos contraditórios” (1989, p. 143). Na leitura de Kellner, a cultura popular é reduzida, por Adorno, sempre à mercantilização, o que significa um “sinal do triunfo total do capital e da reificação total da experiência” (1989, p. 143).

Kellner entende, que ao analisar o conteúdo da televisão e das músicas populares, Adorno tem uma tendência de apenas “apontar suas ideologias e efeitos ‘retrógrados’ sobre a consciência, sem analisar suas contradições, momentos críticos ou

de oposição, ou potencial para fornecer ideias sobre as condições sociais ou para chegar a uma réplica crítica” (1989, p. 142).

O filósofo norte-americano reconhece que parte considerável da cultura popular se encaixa no modelo de crítica cultural elaborado por Adorno, mas acredita que “outros exemplos resistam a suas categorias e exigem uma abordagem mais matizada da interpretação e crítica cultural” (1989, p. 143). Mesmo sem uma argumentação esclarecedora, Kellner considera que o rock e o reggae são exemplos de produções culturais que, muitas vezes, fogem da lógica descrita por Adorno.

Para corrigir a falha no modelo clássico de crítica cultural, Kellner sugere “análises mais concretas e empíricas da economia política dos meios de comunicação e dos processos de produção cultural [...] e estudos de recepção da audiência e dos efeitos da mídia” (2009, p. 6-7).

Kellner considera que Adorno teve seu período mais produtivo a partir dos anos 1950. Diferentemente de Horkheimer que, no período, “quase não fez nenhuma contribuição” (1989, p. 113). Além de Adorno, o autor destaca a colaboração de Marcuse nos anos 1960. Na época, ele “foi mais amplamente discutido do que qualquer outro filósofo vivo” (1984, p.1). Suas maiores contribuições estão na crítica à sociedade industrial avançada e no pensamento revolucionário.

Ao contrário de Adorno, Marcuse não previu os ataques pós-modernos à razão e ao iluminismo e sua dialética não era "negativa". Em vez disso, Marcuse adotava o projeto de reconstruir a razão e de postular alternativas utópicas à sociedade existente - uma imaginação dialética que foi relegada em uma era que rejeita o pensamento revolucionário e visões grandiosas de libertação e reconstrução social (KELLNER, 1999, p. 17).

Nesta direção, Kellner acredita que Marcuse é capaz de fornecer perspectivas filosóficas mais abrangentes sobre os processos de dominação e caminhos de libertação. Destaca a ideia de “desenvolvimento pleno do indivíduo em uma sociedade não-repressiva” (1998, p. 5). Sendo que, para Kellner, se trata de uma “visão de libertação mais rica do que o marxismo clássico, de outras versões da teoria crítica e de versões recentes da teoria pós-moderna” (1998, p. 5).

Ao se confrontar com os problemas teóricos e políticos levantados pela modernidade, Kellner encontra em Marcuse recursos importantes para compreender a realidade, apostando que um “renascimento de Marcuse poderia ajudar a inspirar novas

teorias e políticas para a era contemporânea, proporcionando à filosofia continental novos impulsos e tarefas” (1998, p. 7).

Ao longo dos anos, Kellner se dedica a trabalhar as ideias marcuseanas no campo da comunicação. Assim como o frankfurtiano, ele entende que a mídia e as indústrias de entretenimento “controlam diretamente o tempo livre” (1984, p. 170), uma vez que socializam o indivíduo com objetivo de fazê-lo aceitar as instituições, ideologia dominante e um modo de vida que não deve ser aceito. Isto é, Marcuse observa que a cultura midiática tem a função de “reduzir indivíduos à passividade cativa e doutriná-los com a ideologia dominante” (1984, p. 170). Em sintonia com o pensamento do companheiro espiritual, Kellner acrescenta:

Embora as novas formas da indústria cultural [...] – constituídas por cinema, rádio, revistas, histórias em quadrinhos, propaganda e imprensa – tenham começado a colonizar o lazer e a ocupar o centro do sistema de cultura e comunicação nos Estados Unidos e em outras democracias capitalistas, foi só com o advento da televisão, no pós-guerra, que a mídia se transformou em força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social. (KELLNER, 2001, p. 26).

O levantamento realizado por Kellner acentua a importância e determinada atualidade do legado construído pelos pensadores da tradição crítica. Por meio de seus estudos, pode-se hoje desenvolver análises críticas com maior profundidade em torno da cultura da mídia, o que pode ser benéfico, em especial, para o campo interdisciplinar da comunicação. O trabalho de Marcuse e de seus colegas mostra a “necessidade de combinar história, teoria social, economia política e estudos de mídia/cultura para adequadamente contextualizar, analisar, interpretar e criticar” (2009, p. 3) a cultura produzida pela mídia - e pelo público.

Nota-se que estas reflexões foram determinantes na construção da trajetória conceitual de inúmeros pesquisadores contemporâneos que atuam no campo da comunicação, como é o caso do próprio Kellner.

Embora julgue teoricamente “parcial e unilateral”, Kellner mostra ao longo de seus estudos que a “abordagem da Escola de Frankfurt fornece instrumentação para criticar as formas ideológicas e aviltadas da cultura da mídia” (2001, p. 45-46).

De acordo com ele, o Instituto é parcialidade e unilateralidade, por exemplo, quando emprega o conceito de alta cultura. Kellner sinaliza à tendência de definir como alta cultura os bens que apresentam características progressistas, atribuindo a eles um

status de arte autêntica. Enquanto para os produtos tidos como pertencentes à cultura de massa, atribui-se valores negativos, ligados à ideologia dominadora.

Entende-se que o ideal de arte autêntica “limita os momentos críticos, subversivos e emancipatórios a certas produções privilegiadas da cultura superior” (2009, p. 7). Por isso, a separação entre alta e baixa cultura é um ponto a ser superado e substituído “por um modelo que tome a cultura como um espectro e aplique semelhantes métodos críticos a todas produções culturais que vão desde a ópera até a música popular, desde a literatura modernista até as novelas” (2001, p. 45).

Kellner também questiona a posição defendida pelos frankfurtianos de que todos os produtos de massa são aceitos e consumidos sem resistência e de modo uniforme, por uma massa passiva de consumidores. O autor defende a necessidade de análises mais profundas, para que os estudos não atribuam aspectos emancipatórios apenas a uma cultura dita como superior, o que reproduz uma visão simplista e limitada de outras produções culturais.

Ele propõe uma “focagem crítica da cultura da mídia, a partir das perspectivas de mercadorização, reificação, ideologia e dominação” (2001, p. 45), para buscar um “modelo útil para corrigir as abordagens mais populistas e acríticas à cultura da mídia que tendem a subjugar os pontos de vista críticos” (2001, p. 46).

Desde os anos 1990, Kellner voltou seus estudos para a compreender as implicações dos meios de comunicação na cultura da sociedade contemporânea. Na visão dele, a cultura da mídia vem se transformando em mais um motor para a economia, na medida em que promove a publicidade e visões de mundo que alimentam o consumo. Aí reside uma das importâncias de estudá-la.

Somado a isso, observa-se a influência que a mídia possui em outras esferas, além da econômica. Na política, Kellner se propõe a analisar as funções exercidas pelos meios de comunicação em guerras e eleições presidenciais que ocorrem nos últimos anos nos Estados Unidos - ou com a intervenção deles, a exemplo da Guerra no Golfo.

Ao estudar a cultura da mídia, Kellner suas análises nas contribuições da tradição crítica, ao mesmo tempo que atualiza e crítica algumas das ideias elaboradas pelos pensadores frankfurtianos.

REFERÊNCIAS

A) LIVROS

MARCUSE, **Herbert. Tecnologia, Guerra e Fascismo.** (org.) Douglas Kellner. São Paulo: UNESP, 1999.

Kellner, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Critical Theory, Marxism, and Modernity.** Cambridge: Polity Press, 1989.

_____. **Herbert Marcuse and the Crisis of Marxism.** Berkeley: University of California Press, 1984.

B) ARTIGOS DE DOUGLAS KELLNER

Kellner, Douglas. **Critical Theory and The Crisis of Social Theory.** 1990.

_____. **Philosophical Adventures.** 2002.

_____. **Hebert Marcuse.** 1998.

_____. **Political economy and cultural studies.** 2009.